

“NÃO TROCARIA O QUE FAÇO POR MAIS SEGURANÇA”

Yara Sallam

• *Egípcia, que ficou presa mais de um ano por seu ativismo, diz que não desistiria de lutar pelos direitos das mulheres por uma vida mais calma*

Por Luiza Bodenmüller

Não foi a revolução no mundo árabe que tirou as mulheres de casa. Para Yara Sallam, a participação da mulher no espaço público é anterior ao momento histórico que o Ocidente batizou de “Primavera Árabe”. “A diferença entre a participação de mulheres durante a revolução e antes disso é que antes não havia a cobertura da imprensa nem das redes sociais”, resume a egípcia. Mas um dos aspectos positivos da revolução foi trazer para o espaço público uma série de discussões que antes eram tidas como tabu. Temas como violência sexual, estupro e conversas sobre a sexualidade e a relação com o corpo passaram a fazer parte do repertório de debates públicos.

O tal espaço público foi também, em certa medida, o fator que permitiu que Yara se aproximasse de temas ligados aos direitos humanos e, posteriormente, aos direitos das mulheres. Aos 15, ela começou a realizar trabalho voluntário em organizações que desenvolviam atividades de conscientização sobre os direitos da criança e do adolescente, e o interesse crescente por esse tema a levou até a faculdade de Direito. Durante a graduação, Yara entrou em contato com uma série de atividades cívicas: “Eu participei de um módulo sobre a Liga Árabe, um módulo sobre a ONU e também me envolvi num projeto de voluntariado que promovia viagens anuais para desenvolver atividades artísticas com refugiados no Líbano. Mas, quando chegou a minha vez de ir, nós não pudemos viajar por conta da guerra por lá, então fomos à Jordânia”, explica.

Ainda na faculdade, a então aspirante a advogada começou a frequentar cursos sobre direitos humanos oferecidos pelo Cairo Institute for Human Rights Studies. Nessa época, Yara percebeu algumas dificuldades no campo de trabalho dos direitos humanos. “Eu pensava que as pessoas que trabalhavam com direitos humanos não eram bem pagas, então eu pensei ‘ok, eu vou trabalhar para um grande escritório e depois eu vou me voluntariar em uma dessas organizações””, comenta. Mas logo ela foi atraída pela dinâmica de trabalho e, assim que se formou, participou como assistente de pesquisa de uma de suas professoras que estudava como as mulheres transitavam pelo sistema legal ao pedir o divórcio e como o Direito Privado Internacional agia nessa empreitada.

Em 2007, Yara passou a trabalhar com questões ligadas à liberdade religiosa e de crença. “Por um ano e meio, quase dois anos, eu fiz a documentação e o monitoramento do status da liberdade de religião e crença no Egito. Nessa época, ninguém tinha isso documentado de maneira apropriada, exceto a Embaixada dos Estados Unidos e a Freedom House [*think tank* com sede em Washington]”, explica. Então, Yara se dedicou a registrar casos e decisões jurídicas relacionadas a esta temática e também episódios de violência ocorridos em locais de adoração. Entre 2009 e 2011, a egípcia concluiu o mestrado em direito internacional dos direitos humanos e trabalhou em Gâmbia, e então decidiu voltar ao seu país em março de 2011.

No Egito, Yara ajudou a criar um programa para defensores dos direitos humanos das mulheres, conceito ainda pouco explorado à época. Para ela, ser feminista num país muçulmano em nada difere de ser feminista nos demais países. “Talvez no México as mulheres se sintam livres para vestir o que quiser, mas elas também sofrem violência e sofrem com o patriarcado de formas diferentes. Aqui, eu não posso usar os vestidos que eu quero, mas eu sofro de maneira diferente também. O patriarcado assume diferentes formas”, explica.

O envolvimento na luta por direitos humanos acabou por levar Yara à prisão em 2014, quando foi detida durante um protesto pela liberação de presos políticos. Uma série de acusações foram imputadas sobre ela e seus colegas, da simples transgressão por ter participado de um protesto até roubo e depredação de patrimônio público e privado. “Quando você vai a um protesto, você acaba sendo acusado de algumas coisas bem estranhas”, afirma a advogada. Na primeira instância, Yara e seus colegas foram condenados a três anos de prisão, três anos de monitoramento e pagamento de multa. Em instância superior, a condenação foi revista: a multa foi retirada e a pena passou a ser de dois anos de prisão e dois anos de monitoramento. Cerca de 15 meses depois, no entanto, um perdão presidencial anistiou 100 presos, incluindo Yara, e ela deixou a prisão.

O período no cárcere ensinou algumas coisas a Yara. “Essa experiência me tornou mais consciente sobre as diferentes camadas de opressão”, reflete. A partir da convivência com as demais presas, a advogada desconstruiu estereótipos que carregava e percebeu que boa parte dos crimes poderia ter sido evitada se as mulheres tivessem acesso a direitos básicos, tais como o de pedir divórcio e escolher com quem casar. “Conheci mulheres que mataram



os seus cônjuges porque eles eram abusivos, ou porque haviam sido forçadas a casar e queriam escapar com alguém que amavam”, relembra.

Para Yara, a prisão falha em seu papel fundamental de recuperação do ser humano. E, além disso, acaba por reproduzir desigualdades que existem fora dos muros. “Eu acho que também acaba por isolar aqueles que são menos privilegiados. O que eu vi foi que apenas um pequeno número [dos presos] merecia estar na prisão: pessoas que realmente roubaram milhões de dólares, pessoas corruptas. Mas eles colocam na prisão pessoas que são viciadas em drogas ou que são trabalhadoras sexuais. Isso me fez muito consciente das diferentes camadas de opressão às quais as mulheres são submetidas. Também me tornou mais consciente dos meus próprios privilégios”, conclui.

Os quinze meses de reclusão serviram como combustível para a luta de Yara. Mesmo em meio à dura repressão do governo em relação àqueles que se envolvem com temas de interesse público e ultrapassam as fronteiras do espaço privado, ela ainda encontra meios de agir. “Eles só querem nos assustar para que a gente pare de fazer o nosso trabalho, e eu não quero desistir. Não quero desistir do meu trabalho, não trocaria o que estou fazendo por ter mais segurança”, reforça a advogada. Yara olha com esperança para o engajamento das novas gerações.

“Há muito investimento que pode ser feito nas novas gerações, porque elas são muito politizadas”, diz, sobre a leva de jovens que amadureceu durante a revolução. Para ela, a formação política das mulheres é um dos desafios para o feminismo no Egito. Outro ponto a ser explorado é o da produção de conhecimento e documentação de experiências em árabe, para que as mulheres possam ter acesso às discussões e refletir sobre a prática diária do feminismo. Ela acredita que esses fatores, aliados à busca por novas ferramentas, tendem a fortalecer a luta pelos direitos das mulheres em seu país e que aí reside um desdobramento importante da revolução que a fez retornar às origens – geográficas e de luta.



“Esta revista es publicada bajo la licencia la Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License”